

Ofensiva da direita, crise da democracia e ameaças às conquistas civilizatórias¹

Right-wing offensive, crisis of democracy and threats to civilizing achievements

Ana Elizabete Mota *  

Resumo: Neste artigo discorro sobre a ofensiva da extrema direita mundial no âmbito da reação burguesa à crise do capitalismo e identifico a emergência de conservadorismos de novo tipo, assim como uma mudança no modo de operar a democracia burguesa. A cultura política de enfrentamento dessa crise é mediada por ideologias fascistas (Matos, 2020), diretrizes neoliberais, contrarreformas do Estado e estratégias de controle e exploração do trabalho que afetam as condições de vida e a sociabilidade das classes trabalhadoras e subalternas e suas estratégias e táticas possuem significativas diferenciações com o fascismo clássico. Elenco tendências do que estou denominando de conservadorismos de novo tipo (Mota; Rodrigues, 2020) e, ao final, apresento hipóteses que sinalizam os desafios de nosso tempo histórico.

Palavras-chaves: Capitalismo; Ofensiva da direita; Neofascismo; Crise da democracia; Classes subalternas.

Abstract: In this article, I discuss the global far-right offensive in the context of the bourgeois reaction to the crisis of capitalism and identify the emergence of new types of conservatism, as well as a change in the way bourgeois democracy operates. The political culture addressing this crisis is mediated by fascist ideologies (Badaró Matos, 2020), neoliberal guidelines, state counter-reforms, and strategies of control and exploitation of labor that affect the living conditions and sociability of the working and subalterns classes, with their strategies and tactics showing significant differences from classic fascism. I outline trends that I am referring to as new types of conservatism (Mota and Rodrigues, 2020) and, in the end, present hypotheses that indicate the challenges of our historical time.

Keywords: Capitalism; Right-wing offensive; Neofascism; Crisis of democracy; Subalterns classes.

¹ As ideias centrais deste ensaio foram originalmente apresentadas por ocasião da Aula Inaugural do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão em abril/2025; igualmente, contém extratos da exposição realizada no VII Seminário Internacional de Política Social (VII SIPS): desafios para a política social e a democracia no capitalismo tardio: tecnologia, corporações, desinformação e o avanço da direita, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Política Social em julho/2024. Para esta publicação, adaptamos à versão escrita a linguagem oral de ambos, fazendo revisões e acréscimos nos materiais.

* Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: bmota@elogica.com.br

Introdução

Neste artigo abordo a ofensiva da extrema direita mundial no âmbito da reação burguesa à crise do capitalismo e identifico a emergência de conservadorismos de novo tipo, assim como uma mudança no modo de operar a democracia burguesa. Refiro-me à crise de 2008 considerando sua dimensão global e a existência de elementos compatíveis com a teorização gramsciana de crise orgânica, referindo-se à realidade italiana dos anos 1920, período que desaguou no fascismo italiano sob o regime de Mussolini (Konder, 2009). A cultura política de enfrentamento dessa crise é mediada por ideologias fascistas (Matos, 2020), diretrizes neoliberais, contrarreformas do Estado e estratégias de controle e exploração do trabalho que afetam as condições de vida e a sociabilidade das classes trabalhadoras e subalternas. Ressalto o peso da formação de culturas, sociabilidades e práticas que afetam direitos, descuram dos avanços civilizatórios do pós-segunda guerra e fomentam constrangimentos sócio-políticos e morais na tentativa de construir consensos de classe, legitimadores dos projetos da extrema direita, ainda que enfrentando resistências e tensões. Entendo que as estratégias e táticas que orientam os mecanismos de dominação em processamento na realidade brasileira possuem marcas de ideologias neofascistas, mas são significativas as suas diferenças em relação ao fascismo clássico (Matos, 2020). Elenco tendências do que estou denominando de conservadorismos de novo tipo (Mota; Rodrigues, 2020) presentes nas hostes burguesas, na atuação do Estado classista, na instrumentalização da democracia e na correlação de forças entre as classes. Concluo com algumas hipóteses que sinalizam os desafios do nosso tempo histórico.

Os cenários da ofensiva da extrema direita mundial e no Brasil

Os mecanismos de enfrentamento das crises capitalistas a partir dos anos 1970 expõem os paradoxos e contradições da sociedade regida pelo capital, cujos desequilíbrios, instabilidades e incertezas geram a tendência histórica, cíclica, de queda tendencial das taxas de lucros. Qualificadas como crise de acumulação, seus determinantes imediatos nem sempre revelam sua verdadeira origem, porém, invariavelmente, suas particulares manifestações mobilizam a unidade das estratégias de classe para seu enfrentamento e superação. Esse enredo, aqui genericamente referido, nos motivou a refletir sobre os atuais mecanismos de enfrentamento da crise capitalista, particularmente a de 2008, com destaque para as políticas de austeridade implementadas pelas classes dominantes (Mattei, 2023, p. 397-420) através das contrarreformas do Estado e das mudanças na correlação de forças com a emergência da extrema direita mundial e suas manifestações no Brasil.

Ao tempo em que abordo a relação entre a ofensividade da extrema direita, as ideologias fascistas e o ultraneoliberalismo no enfrentamento da crise de *subprime* de 2008 - que a partir dos Estados Unidos atingiu todas as economias centrais e periféricas, entendo, como Avelãs Nunes (2021, p. 511), que “os ventos que provocaram a maior crise do capitalismo desde 1929 tornaram claro o papel do Estado capitalista, enquanto ditadura do grande capital financeiro” (Nunes, 2021, p. 521); crise que foi agravada pela pandemia mundial do corona vírus.

As mediações desses processos dizem respeito às estratégias das frações dominantes, através dos seus aparelhos privados de hegemonia e da ação do Estado que, implementam medidas de austeridade “fascistas ou democráticas” (Mattei, 2023 p. 377). Historicamente, as classes proprietárias têm, em última instância, o propósito de redefinir diretrizes que favoreçam a retomada do crescimento econômico e o controle das insurgências dos subalternos que apontem projetos para além do capital. Fato é que, nos países centrais e periféricos, a atuação da direita e extrema direita expande-se nas últimas décadas e seu foco é a passivização das classes trabalhadoras e subalternas. Sem menosprezar o uso de violências de toda ordem, o objetivo da burguesia é obter adesão ao projeto da classe exploradora, opressora e dominante, tornando-o universal – constitutivo de hegemonia dos grupos dominantes.

Nessa conjuntura, a reeleição de Donald Trump robusteceu a extrema direita com o seu ufanismo personalista, ao afirmar, no discurso de posse que *a era de ouro da América começa agora mesmo* com a retomada radical da prosperidade americana, argumento que justificaria – modo contínuo – a violência contra os migrantes (América para os americanos), o desmonte das instituições de direitos humanos e solidariedade internacional e o deslanchar de uma guerra comercial imperialista. Na realidade latino-americana – lembradas as suas abissais diferenças em relação ao contexto americano, são emblemáticos os casos do Brasil e da Argentina, cujos mandatos do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019/2022) e de Milei, em andamento, revelam filiações à extrema direita e organicidade com as propostas trumpistas.

Há, todavia, registros de rebeldias na realidade brasileira: o ano 2013 foi palco de manifestações de descontentamento estudantil e popular, sem filiação partidária explícitas, mas dando sinais de alerta do que estaria por vir: o surgimento de movimentos e organizações de direita e extrema direita, com protagonismo de jovens lideranças que capitanearam os interesses e insatisfações daquelas manifestações espontâneas, politizando-as à direita. Essa processualidade avança com o golpe jurídico-parlamentar de 2016 – o impeachment da presidenta Dilma Rousseff; segue-se a criação da Operação Lava Jato, sob a ideologia midiática da anticorrupção que evolui para a defesa da militarização do Estado, com desqualificações da esquerda, culminando com a prisão e inelegibilidade do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Ao mesmo tempo se inicia a campanha eleitoral e a eleição do candidato da extrema direita para a presidência da República, cujo mandato estendeu-se de 2018 a 2022. Em face da derrota da reeleição de Jair Bolsonaro em 2022 e a posse de Lula da Silva em 2023, a fração bolsonarista implementa uma tentativa fracassada de golpe de Estado, objeto de criminalização da militância vinculada ao ex-presidente Bolsonaro. O atual governo Lula da Silva, um mandato de coalizão que vai do centro-direita ao centro esquerda, enfrenta um ambiente parlamentar ultraconservador e, a despeito de implementar algumas medidas de cunho social, mantém-se fiel à austeridade fiscal. Politicamente aposta no poder judiciário e na capilaridade popular dos processos ético-políticos referentes ao julgamento dos golpistas de 2023 que se tornaram objetos de uma acirrada disputa parlamentar e entre eleitores e militantes à esquerda e à direita, na antessala da eleição presidencial de 2026.

Se o pós-primeira guerra mundial, como pesquisou Clara Mattei (2023, p. 84-85), evidenciou uma nova contextualidade política, protagonizada pela ação dos trabalhadores, particularmente na Itália e Grã-Bretanha, com a emblemática criação dos comitês de fábrica nos anos 1920, afirma a autora que, em face dessa ação organizada dos trabalhadores, “o establishment desperta seus maiores temores e consolidou um bloco antissocialista entre liberais, nacionalistas e conservadores [...] que se fundiram na ofensiva armada do fascismo e na ampla agenda da austeridade [...] a nova paladina do capitalismo para excluir qualquer alternativa a ele, quando a classe dominante impõe o seu domínio” (Mattei, 2023, p. 184-185).

Em síntese: a lição histórica e teórica da emergência de conservadorismos de inspiração fascista tem orgânica relação com as crises do capital, a luta de classes, as crises de hegemonia e a ofensividade da burguesia na tentativa de restaurar a ordem capitalista. Essa conjuntura como já aventado, pode ser problematizada com os aportes da categoria gramsciana *crise orgânica*² em função das ranhuras na hegemonia das classes dominantes e das limitadas perspectivas de superação dessa crise. Isto é: trata-se de um período em que crise econômica e poder político de classe deságuam em processos de transição, nos quais determinado padrão de dominação de classes foi abalado (porém, não cancelado), mobilizando processos políticos cuja remissão ao campo da hegemonia obriga-nos a situá-los no âmbito das relações de força entre as classes. Essa abordagem, ao situar os processos de transição no âmbito da hegemonia, permite tematizar medidas de austeridade como parte do processo e projeto da burguesia que

² Uma das características da *crise orgânica* é a concomitância entre a crise econômica (de acumulação) e a emergência de uma crise política, determinada pelo acirramento dos conflitos entre as classes e, no seu interior, entre as frações de classe. Na concepção de Gramsci, essa *crise orgânica* afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social. Para uma síntese do conceito cf. VOZA, P.; LIGUORI, G. *Dicionário Gramsciano*. São Paulo, Boitempo, 2017, p. 162-164.

exigem nova direção ideopolítica, ancorada em ideologias fascistas e em novos usos da democracia burguesa, afinando questões atinentes às situações de relação de forças. Nesse campo, as estratégias de dominação adquirem particularidades, a exemplo da criação de modos de operar a democracia burguesa e de novas mediações culturais ultraconservadoras. Aconselha Gramsci:

§ <17> . Análises das situações: relações de força. É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que precisa ser posto e resolvido para que se possa chegar, com exatidão, a uma análise correta das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas. É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe a tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (verificar a exata enunciação destes princípios). (Gramsci, 2024, CC 13, p. 716)

Ao fortalecer a necessidade de rigorosa contextualização econômica e ideopolítica, em consonância com as particularidades do capitalismo em cada país e região, Álvaro Bianchi, referindo-se ao estudo das ideologias fascistas, sugere que (...) “o estudo da ideologia não pode ser separado das realidades políticas e sociais nas quais ela se afirma” (Bianchi, 2024 p. 56). Nessas realidades, são a correlação de forças que determinam a atualização das ideologias, suas tendências e novas configurações. Esse parece ser um dos maiores desafios que a realidade coloca para a pesquisa concreta de situações concretas.

Nova fase de dominação burguesa

Como referido em outra ocasião, está em andamento, desde a crise de 2008, uma espécie de atualização das estratégias de dominação burguesa, caracterizada por “um conservadorismo de novo tipo” (Mota; Rodrigues, 2020), reacionário, de caráter neofascista e neoliberal, protagonizado pela direita e extrema direita, com pretensões de tornar-se universal – enquanto ideário burguês que deve pautar os modos de ser e viver das classes subalternas. As medidas de austeridade requerem a instrumentalização da democracia burguesa: mantém-se o sufrágio eleitoral, mas as regras das campanhas eleitorais são flexibilizadas. De um lado, o financiamento multimilionário, privado, das eleições. De outro, a mediação das mídias digitais (redes sociais e *fake news*) na criação de candidatos *outsiders políticos* da extrema direita, apoiados por celebridades, *influencers* e *youtubers* em torno de temas como anticomunismo e pautas libertárias. Manobras jurídicas são acionadas para manter limitados os controles públicos das mídias. O fundamental é manter o instituto democrático do sufrágio, mas permitir as novas modalidades de campanhas eleitorais, manipulando e reificando o senso comum: a *nova*

política antissistêmica, sem conluíus parlamentares, anticorrúptivel, de inspiração religiosa, sob acirrada guerra cultural e pautada pelo conservadorismo moral e reacionário.

As classes subalternas - onde estão incluídos assalariados, trabalhadores por conta própria, segmentos pauperizados e precarizados -, subsumidos formal e realmente ao capital, sob relações de exploração e dominação, são o alvo dessa ofensiva que é adensada por opressões e discriminações em face da sua composição de classe e diversidade de raça, gênero, geração e sexualidades.

Parece-me incontestado que a ofensiva da extrema direita espalha-se como cultura autoritária e anticivil, eivada de violências e ressignificações da democracia liberal, particularmente com a negação de direitos políticos, sociais e civis sob a narrativa da *inauguração* de uma nova era. Em recente artigo, Bianchi faz uma síntese dos estudos sobre o fascismo e endossa a afirmação de que “historicamente o aspecto central da ideologia fascista expressava-se por meio da recorrente afirmação de um recomeço, ou de uma nova ordem, que permitiria a superação de uma fase de crise ou declínio” (Griffin, 1991, p. 32-33 *apud* Bianchi, 2024, p. 53). Segundo Bianchi, (2024, p. 60),

a ideologia do fascismo é ultranacionalista, estatólatra, antidemocrática, anticomunista e atribui à violência a capacidade redentora de criar uma ordem política para promover o renascimento nacional. É essa ideologia que conecta o fascismo do entreguerras aos novos movimentos neofascistas.

Em outros termos: essa ideologia deriva da programática econômica e direção ideopolítica socializadora dos requerimentos do capital. Dentre outras linhas de ação, a burguesia movimenta-se nesse processo com a defesa da centralidade do mercado em detrimento da esfera pública e estatal e do apagamento dos controles sociais públicos, empenhada na formação de uma cultura neoliberal em que a democracia ajusta-se à liberdade mercantil.

Como refletido em outro momento, para as classes trabalhadoras e subalternas, a conjuntura de crise e de contrarreformas do capital, antes que tudo, incidem nas suas condições de vida e na sua cultura política. No Brasil, desde o exaurimento da ditadura empresarial-militar, com a restauração democrática, na década de 1980, o movimento organizado dos trabalhadores comportava lutas e reivindicações sociais por condições de trabalho, salários, direitos políticos, sociais e civis, ademais de demandas por serviços sociais protetivos públicos, dentre outros.

Essa processualidade continha dimensões ideopolíticas e impactos econômicos que imprimiam, tendencialmente, características anticapitalistas, ao confrontar o genético antirreformismo burguês, tanto em termos legais e constitucionais, como na definição de recursos para o financiamento de políticas sociais públicas como atestam muitos dos artigos da

Constituição de 1988. Como ocorreu com a Emenda Constitucional 95/2016, que submeteu os gastos sociais às rígidas regras de controle do chamado teto de gastos, esses parâmetros vêm modificados.

Na atualidade, a fragmentação partidária, sindical e político-organizativa dos trabalhadores e trabalhadoras afeta profundamente o campo das esquerdas em resultado das diferenciações de pautas, táticas e estratégias. Sejam elas resultantes da ofensividade das medidas econômicas, sejam elas afetadas pelas ressignificações teórico-políticas de valores, princípios, diretrizes e modos de vida.

Segundo Lukács, o principal trunfo fascista para formar nas massas as suas ideias “é a manipulação da ontologia do cotidiano no contexto capitalista” (Lukács, 2013, p. 561). Poderíamos, na trilha do pensador húngaro, falar dessa condição de “desideologização” (Lukács, 2013, p. 268) do cotidiano [...] “para exercer uma influência motivadora somente sobre o entendimento e os instintos dessa particularidade” (Lukács, 2013, p. 268). Trata-se, sem dúvidas, do peso da categoria “ideologia” no processo de produção e reprodução social, tema fundamental neste debate³.

Assim posto, entendo que as ideologias “neofascistas” confrontam-se diretamente com a direção progressista das lutas sociais classistas, quer no horizonte da emancipação política (conquista e exercício de direitos), quer no das lutas libertárias e/ou anticapitalistas (dos e das trabalhadoras, dos e das ambientalistas, das feministas, das liberdades sexistas e antirracistas), operando inflexões em todas as esferas da vida social – econômica, política, social, ambiental e cultural, ainda que não elimine contradições, nem resistências.

Os conservadorismos de inspiração fascista possuem diversas vertentes e muitos historiadores, filósofos e pensadores são cuidadosos em nominar o fenômeno como “neofascismo, protofascismo ou pós-fascismo”, todavia suas determinações – como já referido – remontam à relação entre a crise capitalista e a recomposição do capitalismo financeiro global.

Traverso (2023a), autor que possui significativa produção intelectual sobre o tema, assim como Bianchi (2024), problematizam essa conjuntura, nominando-a de pós-fascismo. Traverso afirma sua dimensão global e o despertar da memória do fascismo, todavia em um contexto histórico que desautoriza analogias stricto sensu. Para ele, o pós-fascismo deve ser entendido tanto em termos cronológicos como políticos: “não são totalmente fascistas no sentido dos anos 20/30 do século XX, nem são totalmente distintos” e aponta algumas

³ Seja na abordagem lukácsiana, sobre o *capitalismo manipulatório*, seja na vertente gramsciana, da *crise orgânica*, a ideologia se constitui num dos principais pilares ideopolíticos que media, contraditória e dialeticamente, a relação entre a base material e as superestruturas jurídico-políticas, formadoras de sociabilidades classistas.

características: relaciona-se com as derrotas revolucionárias do século XX, com a governança neoliberal mundial, aposta em forças ditas antissistêmicas e na aversão à esquerda (Traverso, 2023a). “É nacionalista, antifeminista, homofóbico, xenófobo e alimenta uma clara hostilidade contra a ecologia, arte contemporânea e o intelectualismo” (Traverso, 2023a, p. 23). Integram-se tanto às lógicas e às tecnologias deste século, como recorrem a estratégias utilizadas pelo fascismo clássico que, ao fim e ao cabo, recriam o anticomunismo, cortejam o presentismo, apoiam-se em teorias conspirativas e em práticas xenófobas (Traverso, 2023a). Para Judith Butler (2023, p. 59-60), feminista de esquerda, o eixo ideopolítico da extrema direita é o antifeminismo, dado que reconstituem o patriarcado e renegam as denominadas políticas de gênero. Segundo a pensadora, esse é um elemento novo em relação ao fascismo do século XX e argumenta que, os ataques à “ideologia de gênero” (Butler, 2023, p. 60) têm crescido em todo o mundo, mobilizado pelas redes sociais e pelo pensamento conservador das igrejas católicas e evangélicas, sob a justificativa da defesa da família tradicional. É nacionalista, transfóbico, misógino e reacionário. Ao atacar o gênero, se opõem a liberdade reprodutiva das mulheres e o direito das famílias monoparentais, a proteção das mulheres vítimas de violência doméstica, dentre outros. Para Stefanoni (2022), pesquisador e periodista argentino, trata-se de uma direita que se apresenta como “rebelde” sob o discurso de pseudo-práticas antissistêmicas, com a centralidade do discurso da “nova política”. Essa rebeldia, segundo o pensador, também é um traço novo das estratégias da extrema direita: são rebeldes na forma, mas reacionárias no conteúdo. “Para além dos resultados eleitorais [...] as direitas conduzem sua batalha cultural em vários níveis” (Stefanoni, 2022, p. 23). Comenta, ainda, que a nova direita utiliza espaços como a Internet em todo o mundo e “está disputando o sentido comum do momento, travando sua batalha cultural antiprogressista. Essa batalha antiprogressista une pessoas de diferentes direitas, mas o inimigo comum e principal é o progressismo. Trata-se de um antiprogressismo de novo tipo” (Stefanoni, 2022, p. 27).

Nesse diapasão, Feierstein *et al.* (2023) destacam a capacidade da nova direita de apropriar-se das insatisfações e desalentos dos jovens, como um dos traços dessa investida mundial e na América Latina. O historiador Badaró Matos (2020) utiliza as categorias “neofascismo” e “autocracia burguesa” para tratar as ideologias da extrema direita e a particularidade da formação social brasileira, tendo como universo o “bolsonarismo” no Brasil. Como ele, assumo a categoria neofascismo, entendendo-a como uma ideologia e prática portadora de traços fascistas que não são uma reprodução do passado - não se trata de uma reedição do fascismo da primeira metade do século XX.

Em resumo: a ofensividade da extrema direita incide na esfera econômica, sociocultural, ambiental e de costumes sob uma suposta ameaça do comunismo e no combate moral e legal às lutas sociais contra todas as formas de exploração, discriminação e opressões originárias dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente as afetas às mulheres (a exemplo do aborto), aos jovens das periferias, às pautas étnico-raciais, sexistas, anticapacitistas, dentre outras. Segundo Traverso (2023a), ponderando sobre as diversas categorias utilizadas para denominar as ideologias e práticas da direita, é importante destacar que, nesse momento, o fascismo é mais que uma área de estudos históricos, é uma questão da agenda contemporânea mundial.

Em outra publicação, (Mota; Rodrigues, 2020, p. 2), afirmamos tratar-se de um “conservadorismo de novo tipo”, hipótese também presente no livro de Jamerson Souza (2024), dados os instrumentos, meios e propósitos presentes na sua difusão. Sob nosso ponto de vista, esse conservadorismo não contém um sistema coerente de ideias, mas apresenta “ideários comuns, de cunho moral, político e de fundamentalismo religioso que tratam de santificar a família, a propriedade e o mercado, assim como, de demonizar conquistas e costumes relativos aos direitos individuais, sociais e do trabalho” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 5). Afirmamos que:

Essencialmente antimoderno no conteúdo, mas moderno na forma, esse novo conservadorismo de tipo reacionário faz uso de ferramentas e estratégias high techs e de inovações tecnológicas, como a utilização intensa das redes sociais e robôs. Essas novas dinâmicas digitais surgem como meio de ampliação de sua capilaridade social e da defesa de ideias retrógradas, através de um discurso sintonizado com as premissas neoliberais de desregulamentação, privatização, mercantilização e apelo ao empreendedorismo (Mota; Rodrigues, 2020, p. 6).

Concordamos com Badaró Matos (2020, p. 79), quando diz que “é possível pensar que os neofascismos ganham fôlego, na média duração, com a crise social decorrente das políticas neoliberais do século XX, e sua ascensão ganha novas dimensões após a crise capitalista global em 2008”.

Em síntese, considero que, na atual conjuntura, as ideias conservadoras têm capacidade de mobilização de massas (nacionalismo, anticomunismo, anti-intelectualismo, militarismo, com traços de racismo, machismo e heterossexismo) e tendem a despertar motivações nos médio-assalariados, profissionais liberais e segmentos das classes subalternas. Comenta Casimiro (2020, p. 23):

A classe burguesa moderna, nessa linha, se perpetua através de operações de hegemonia – isto é, por meio de atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos, instituições educacionais, meios midiáticos e as próprias redes sociais on-line (cada vez mais eficazes e sedutoras), que difundem e naturalizam capilarmente pela sociedade sua concepção do mundo e seus valores, constituindo-se como alicerces,

trincheiras da dominação de classe.

Sua natureza mundializada e seus traços de unidade, contudo, não eliminam suas particularidades nos Estados Unidos, Europa, América Latina e Caribe, onde se inclui o Brasil. Na América Latina, segundo recente artigo, intitulado *A onda neoconservadora no cenário ocidental: revisão histórica, social e política* (Vieira; Rebelatto; Almeida, 2024), esse movimento foi influenciado principalmente pelos EUA, tanto nos setores políticos e sociais quanto culturais. As ideias e suas manifestações estão ligadas à ascensão das igrejas (tanto evangélicas como da renovação carismática) a partir de fins dos anos 1970, orientadas pelo contexto da Guerra Fria (1945-1989): competiram com os movimentos sociais que se formavam nos países da região em torno de bandeiras neoconservadoras, contrapondo-se à Teologia da Libertação, surgida no seio da Igreja católica progressista na década de 1960 (El Salvador, México, Equador, Peru, Brasil e Uruguai), com o apoio da Casa Branca de Reagan. Conforme explica Carvalho (2023), esses cristãos, através das missões evangélicas, fomentaram a agenda norte-americana e tentavam desaconselhar as pessoas a entrarem em movimentos sociais. Acreditavam que seu trabalho na região era uma missão bíblica: conquistar o mundo para o cristianismo.

Articulada em escala transnacional, desde o final da guerra fria, como brilhantemente tratou Clara Mattei (2023) no seu livro *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho para o fascismo*, publicado pela Boitempo, a direita ganhou amplitude e novas dimensões com a crise de 2008, criando outros meios de restaurar lucros capitalistas e avançando na implementação de políticas que operaram novas expropriações (Mota, 2018; Fontes, 2018), ampliando a pilhagem do fundo público (Behring, 2018), avançando na “supercapitalização”, segundo a perspectiva mandeliana com a criação de novos mercados, à custa das privatizações, parcerias público/privadas, entidades de direito privado e/ou terceiro setor, inclusive através das privatizações atípicas de bens e serviços originalmente públicos (educação, saúde, previdência, energia, extrativismo, comunicações), transformados em grandes negócios (Fontes, 2018).

Essa conjuntura, marcada por iniciativas que atingem as condições de vida e o acesso aos meios de sobrevivência das classes trabalhadoras e segmentos pauperizados, revela a ofensiva do capital, levada a efeito pelas classes proprietárias e dominantes, em resposta aos seus interesses, plenas de apelos ideológicos, culturais e religiosos, utilizando-se de mídias corporativas, do discurso das igrejas conservadoras, das fake news, das redes sociais, blogs e youtubers, num verdadeiro espetáculo de mentiras, anti-intelectualismo, reacionarismo e comunicação popular. Uma espécie de *contrarrevolução* midiática e reacionária para atingir

jovens, pequenos comerciantes, trabalhadores autônomos, *lumpemburguesia* (Demier, 2020) e segmentos médio-assalariados insatisfeitos.

Conservadorismos, sociabilidade e subjetividade das classes subalternas.

A permeabilidade que esse conservadorismo reacionário tem junto às classes subalternas tem uma importância fundamental nesse avanço da extrema direita. E isso não é fortuito, trata-se de um processo socialmente determinado que não podemos deixar de historicizar. Como tratou Jamerson Souza (2020, p. 78):

Em momentos de crise do capital, o conservadorismo termina por ganhar fôlego e expressão entre as classes dominadas e no senso comum, pois concentra esforços no sentido de dar vazão ao ressentimento generalizado entre as frações menores da pequena burguesia, dos trabalhadores e do lumpemproletariado, por meio da indicação abstrata de razões para a crise e as dificuldades práticas do cotidiano.

Com a agudização das contradições do próprio capitalismo, a insatisfação da classe trabalhadora se amplifica e torna-se essencial estabelecer novas formas de obtenção do consenso social, para além, é claro, da coerção e violência. São necessários elementos irracionais e uma visão fatalista e conformista da vida, para manter os sujeitos passivos e fiéis à ordem. Trata-se de valorizar o presente, sem pretensões futuras, apenas adaptadas às condições existentes, generalizando-se o medo do desemprego, o trabalho a qualquer custo, o fim do horizonte das aposentadorias, a convivência com a precariedade dos serviços públicos etc. A prioridade é garantir a sobrevivência, afastando os sujeitos de quaisquer perspectivas mais amplas e significativas de ação e inserção política e social (Castro, 2021).

A subjetividade da classe trabalhadora deve ater-se à sua sobrevivência imediata e cotidiana, ajustando-se – objetiva e subjetivamente – aos imperativos da sociabilidade capitalista, amparada que é pela genética desigualdade social e pelos interesses antagônicos e contraditórios entre capital e trabalho. Parametrada pela consciência individual de consumidor e do “salve-se quem puder”, por vezes essa subjetividade nega a “organização da classe trabalhadora e a sua mobilização para os embates, embora também a precarização da sua vida possa atingir limites concretos de sobrevivência ao ponto de insurgirem-se” (Castro, 2021, p. 45). Essa insurgência pode nascer desorganizada e espontaneamente, como no caso das denúncias contra a escala de trabalho 6x1, no Rio de Janeiro e São Paulo, até alcançar organicidade e unidade nacional, mediada pela ação de sindicatos e partidos políticos.

Considero pertinente recuperar a categoria *cultura da crise*⁴ (Mota, 1995), por entender que a formação da cultura (como forma de ser e ideologia) é um processo social que estabelece o nexo entre crise, sociabilidade e constituição de hegemonia no interior das estratégias das classes dominantes e da resistência e/ou consentimento das classes trabalhadoras e subalternas.

Pode-se aventar que, nessa nova etapa de ofensiva regressiva, o neofascismo impõe novos elementos à *cultura da crise* e, com algum êxito, conseguem legitimar medidas e iniciativas que respondem positivamente à remoção de todos os obstáculos à expansão do capital. É nesse ambiente que as classes dominantes tentam tornar universal o seu projeto societal que se pretende hegemônico. Tem incidência no mundo do trabalho, nos mecanismos de proteção social públicos e no cotidiano e senso comum das classes subalternas. O cenário é de expropriações de direitos, mercantilização de serviços, precarização das relações e condições de trabalho. Aspectos duplamente afetados, particularmente, pelo racismo e outras opressões de gênero.

Não se pode menosprezar o potencial de capilaridade dessa “nova cultura regressiva na sociedade” brasileira (Mota, 2018), uma vez que seu discurso reacionário e de ódio converge com as particularidades de uma formação social marcada pela desigualdade social, pelo patrimonialismo, patriarcado, racismo, machismo, misoginia, homofobia e antirreformismo radical.

Essa contextualidade também está presente no atual governo brasileiro: no limite, representou a resistência ao neofascismo na conjuntura de 2022 e ainda contém os embriões desta, mas são complexas suas contradições. De um lado, o peso das coalizões de centro-direita e a força parlamentar das bancadas conservadoras, assim como os arranjos econômicos, particularmente para alinhar-se à ortodoxia da administração do déficit público e dos ajustes fiscais que atingem frontalmente o orçamento e o financiamento das políticas sociais; de outra parte, a fragmentação das esquerdas (partidos, sindicatos, movimentos) e as expressões de consentimento passivo das classes subalternas, ora mediado pelos novos perfis dos jovens das classes trabalhadoras nos serviços, dos trabalhadores autônomos e de aplicativos e das populações pauperizadas e sobrantes, fruto das mudanças no trabalho, da regressão de direitos

⁴ A categoria *cultura da crise* foi por mim construída como um artifício reflexivo para tratar das ideologias formadoras de consensos de classe quando da reforma da previdência social brasileira nos anos 1990, tratada originalmente na minha tese de doutoramento, publicada em 1995. Desde então venho sistematicamente enriquecendo e identificando os significados dessa cultura, saturada de ideologias que passivizam a consciência social e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, sob determinadas condições históricas. Por suposto, contando com a necessária atualização histórica, a tese central me parece válida para compreender criticamente as estratégias e táticas da burguesia para realizar suas contrarreformas, inclusive mediadas por ideologias conservadoras. Sobre o tema, consultar MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

e da ofensiva ideopolítica da direita, cujo espraiamento no cotidiano das classes trabalhadoras é fato.

Note-se, por exemplo, a reorientação do tratamento de temas que tiveram visibilidade em todo o mundo desde os anos 60 do século XX, demandantes de políticas e direitos civis, sociais e políticos, operando uma espécie de restauração conservadora que se espalha como despolitização e negação de conquistas sociais.

Em postagem no Blog da Boitempo Editorial, Leda Paulani (2024) analisando o Novo Arcabouço Fiscal, referência a hipótese de que o regime republicano brasileiro sempre teve características patrimonialistas que operam determinações históricas. Utiliza a metafórica expressão “fina camada de gelo” para apontar as fragilidades e dificuldades por onde caminha o governo Federal, materializadas nos super poderes do Banco Central, no conservadorismo do Congresso Nacional e no fato do fascismo estar à espreita.

A rigor, como comenta Demier (2024), o capitalismo monopolista enfrenta uma crescente dificuldade política de efetivar a acumulação capitalista, “o que exige cada vez mais contrarreformas, austeridade e espoliações, por meio do regime *democrático-blindado*, e o crescimento do neofascismo talvez seja a melhor expressão disso”.

Assim, é possível dizer que, frente à crise do capital, à hipertrofia do capital financeiro e à ofensiva ultraconservadora e ultraneoliberal, as classes dominantes – nacional e internacionalmente – promoveram as condições materiais e subjetivas para a passivização das classes subalternas aos seus interesses materiais e políticos. E o fazem na tentativa de exercitar sua dominação direta, malgrado a resistência de importantes setores da esquerda. Além de classe dominante, a burguesia investe em tornar-se classe dirigente (sob o signo do seu projeto) e, para isso, precisa passivizar as classes subalternas, ao tempo em que arregimenta meios institucionais e materiais de coerção. Consoante com a histórica postura antirreformista, patrimonialista e autoritária da burguesia brasileira, as classes trabalhadoras devem assimilar, como seus, os costumes e as ideias propagandeadas pelos aparelhos privados de hegemonia da direita (Mota; Rodrigues, 2020).

Do meu ponto de vista, o momento permite repor a célebre formulação gramsciana em função do atual momento, “no qual o velho não morreu e o novo não nasceu”, explico-me: transita entre o espólio de um dado modo “de ser e viver” – a herança fordista-keynesiana (o *ethos* da integração pelo trabalho e do Estado Social) que devem ser particularizados na periferia capitalista, e a peleja para parir o novo que está encapsulado pelas novas determinações da acumulação (supercapitalização dos serviços, financeirização, apropriação do fundo público, mercantilização da esfera pública, uberização do trabalho e expropriações de

toda ordem), afetando diretamente o trabalho e os trabalhadores, a divisão social, internacional, generificada e racializada do trabalho e a eversão de mecanismos civilizatórios e de proteção social, numa avassaladora criação de meios e estratégias de dominação que tem por objetivo a destruição de resistências e o impulso para as classes exploradas assumirem os projetos da classe que os explora e domina. São atravessados pela pequena e grande política no âmbito das propostas e ideias das classes dominantes que ao inventarem formas modernas de comunicação e manifestação popular, apresentam-se sob um suposto novo modo de fazer política que detonam resistências à esquerda.

Esses meios, condições e estratégias têm tamanha incidência objetiva que podem, e por vezes conseguem, tornar subjetiva a objetividade da ordem burguesa (note-se que jovens trabalhadores consideram impossível ter o direito à aposentadoria; assim como desconhecem a formalização do trabalho com carteira assinada e os mecanismos legais de proteção social ao trabalhador), assumindo como imutáveis e definitivas as novas formas de ser do trabalho e da seguridade social.

A unidade classista, sempre ameaçada pela natureza estrutural e diversa da exploração do trabalho e das opressões raciais, étnicas, anticapacitistas, geracionais, etárias, de gênero e sexualidade, são socialmente reproduzidas via postulações culturais que contribuem para fraturar a unidade das lutas sociais e as ideologias insurgentes à ordem. Fazem-no: ressignificando questões estruturais que afetam as modalidades de exploração do trabalho e o desemprego, sob a defesa do empreendedorismo, da formalização dos MEI, das loas à liberdade dos que não tem patrões, mas estão formal e realmente subsumidos às relações capitalistas; sugerindo medidas complementares privadas, como planos de saúde e de aposentadorias para fazer frente à precarização das políticas públicas. Também tematizam a destruição dos recursos naturais como uma questão de sustentabilidade e tratam as diversidades como multiculturalismo cujos conteúdos são negadores das pelejas políticas dos subalternos, em prol de um *novo* que é reprodução ampliada da velha ordem.

Considerações finais

A conjuntura atual é marcada por uma nova fase de dominação burguesa em prol do projeto político das classes dominantes. Sob diretrizes econômicas, sociais, culturais e morais – de caráter neoliberal e neofascista, liderado pela direita e extrema direita (ainda que com tensões intraburguesas), alimentam a unidade do seu projeto dominante. Através de modernas e supostamente rebeldes manifestações de rua, do uso das redes sociais e da atuação de youtubers, difundem fake news e pedagogizam a difusão do pensamento conservador,

ressignificando formas de opressões étnico-raciais, de gênero, sexistas e religiosas que deverão pautar a sociabilidade dos trabalhadores, da pequena burguesia e do *lumpemproletariado* (Demier, 2020).

Esse processo – em andamento – requereu a instrumentalização da democracia liberal burguesa (parlamentar e eleitoral), refinando a sua “decadência ideológica” (Coutinho, 2010) e cimentando novos meios de exercício de dominação, onde se incluem as benesses do poder legislativo (de que é exemplar no Brasil a subordinação do financiamento público às emendas parlamentares), as representações institucionais (a exemplo da autonomia do Banco Central) e de novas lógicas argumentativas, reveladoras de interesses privados, sob o beneplácito da democracia eleitoral (mediante financiamentos multimilionários das campanhas eleitorais). Suas implicações imediatas e mediatas na derruição de conquistas civilizatórias são concretizadas em violações de direitos civis, políticos e sociais. Conquistas de cunho libertário são desqualificadas, assim como são suprimidos direitos do trabalho e da proteção social. As políticas sociais, responsáveis pela oferta de serviços sociais, são objeto de contrarreformas que traduzem a austeridade requerida pela redução e desfinanciamento do serviço público e das carreiras de Estado, generalizando o estímulo ao consumo privado e à produção de novas mercadorias no campo dos serviços.

Avento a hipótese de que são redefinidas as modalidades estratégicas de enfrentamento às manifestações da questão social, de que são exemplos: o já referido empreendedorismo e o trabalho por conta própria, como mecanismos de enfrentamento do desemprego, ajustamento às mudanças do trabalho e esvaziamento das políticas de trabalho e renda. São novas estratégias para tornar produtivo o exército industrial de reserva e rebaixar o valor da força de trabalho. Note-se a centralidade da sobrevivência e a captura da superação da pobreza pelas políticas de transferência de renda, na esfera da assistência social. Comenta Casimiro (2020, p. 23) que,

a classe burguesa moderna, nessa linha, tenta se perpetuar através de operações de hegemonia – isto é, por meio de atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos, instituições educacionais, meios midiáticos e as próprias redes sociais on-line (cada vez mais eficazes e sedutoras), que difundem e naturalizam capilarmente pela sociedade sua concepção do mundo e seus valores, constituindo-se como alicerces e trincheiras da dominação de classe.

Nesse ponto, vale retomar a questão da crise orgânica...ora, “as condições necessárias para o romper da crise orgânica são duas: a) o fracasso da política da classe dirigente; b) organização das classes subalternas, sem o que a crise não causará repercussões no seio da primeira (Liguori; Voza, 2017, p. 163). Refletindo sobre a citação gramsciana, Demier (2024) afirma que, se houve fracasso em algum grande empreendimento político para o qual [a classe

dominante] pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas” (Gramsci, 2007 *apud* Demier, 2024), pode-se apontar o fracasso do projeto neoliberal com a “promessa de que, com a redução dos gastos sociais do Estado e a privatização de alguns setores e serviços públicos, haveria crescimento econômico e o mercado se encarregaria de melhor alocar os recursos segundo as necessidades dos cidadãos” (Demier, 2024).

Eis uma questão que nos desafia: na sua fase “gloriosa”, o capitalismo necessitava da democracia para consolidar o pacto de classes do pós-guerra; na atualidade, ele compatibiliza a democracia às necessidades da acumulação financeirizada, razão maior dos laivos antidemocráticos da direita sob formas modernas e arrojadas para contrarreformar o Estado, adotando como universal uma espécie de pensamento único: menos Estado para os interesses dos subalternos, mais mercado, menos emprego, mais empreendedorismo, menos proteção e mais auxílios focais. Isso porque as ideologias conservadoras, ao tempo em que funcionam como uma frente de atuação de setores dominantes, oferecem um sistema de crenças coerente o suficiente para dar suporte ideológico e valorativo aos setores dominados, num arrojado apelo para obtenção do consenso das massas.

Referências bibliográficas

- BEHRING, E.R. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In BOSCHETTI, I. (Org.) *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo, Cortez, 2018.
- BIANCHI, A. Fascismos: ideologia e história. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 45–63, 2024.
- BUTLER Judith. ¿Por qué el género provoca tantas reacciones em todo el mundo? In: FEIERSTEIN, Daniel; et al. *La extrema derecha en América Latina*. Buenos Aires, Clave intelectual/Le Monde Diplomatique, 2023.
- CARVALHO, Celso. Educação, neoconservadorismo e barbárie em tempo de crise do capital. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 30, n. 2, abr./jun, 2023.
- CASIMIRO, Flávio H. C. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Expressão Popular, 2018.
- CASIMIRO, Flávio H. C. *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- CASTRO, M.R. Conservadorismo e irracionalismo: Bolsonaro enquanto reação do capital a sua crise estrutural. *Trabalho & educação*, v. 30, n. 4, p. 33-49, 2021.
- COUTINHO, Carlos N. O estruturalismo e a miséria da razão. São Paul, 2ª edição, Expressão Popular, 2010.
- DEMIER, F. Democracia e bonapartismo no Brasil pós-golpe. In: CISLAGHI J.F.; DEMIER F (Org). *O neofascismo no poder (ano I)*. Rio de Janeiro, Consequência, 2020. p.117-133.
- DEMIER, F. Uma nota sobre a tal “crise da democracia” contemporânea. *Cisma*, 5 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cismacritica.com.br/uma-nota-sobre-a-tal-crise-da-democracia-contemporanea/>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- FEIERSTEIN, Daniel; et al. *La extrema derecha en América Latina*. Buenos Aires, Clave intelectual, 2023.

- FONTES, Virginia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, I. (Org.) *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo, Cortez, 2018.
- GRAMSCI, Antonio. Coleção Completa Cadernos do Cárcere [livro eletrônico] CC 13. tradução IGS-Brasil. Rio de Janeiro, IGS-Brasil, 2024. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 60.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- KONDER, L. *Introdução ao Fascismo*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013
- MATOS, M. Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo, Usina Editorial, 2020.
- MATTEI, Clara. *A Ordem Do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho para o fascismo*. São Paulo, Boitempo, 2023.
- MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *Revista Katálysis*, v. 23, n. 2, p. 199-212, 2020.
- MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e assistência*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: BOSCHETTI, I. (Org.) *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo, Cortez, 2018.
- NUNES, A. Avelãs. *O Estado Capitalista e as suas Caras*. 3ª edição revista e comentada. Lisboa, Editorial Avante, 2021.
- PAULANI, Leda. Caminhando sobre gelo fino. *Blog da Boitempo Editorial*, 17 maio 2024. Disponível em: [Caminhando sobre gelo fino – Blog da Boitempo](#). Acesso em: 30 abr. 2024.
- SOUZA, Jamerson. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. São Paulo, Editora Dialética, 2024
- SOUZA, Jamerson. O significado social do conservadorismo para o Serviço Social brasileiro. In: AMARO, Sarita; CRAVEIRO Adrieli. *Vade Mécum: trabalho e instrumentalidade no Serviço Social*. Porto Alegre: Nova Práxis Ed., 2020.
- STEFANONI, P. *¿La rebeldia se volvió de derecha?* Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2022.
- STEFANONI, P. “A direita está travando sua batalha cultural antiprogressista”. Entrevista com Pablo Stefanoni. *Unisinos*, 19 maio 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/609367-a-direita-esta-travando-sua-batalha-cultural-antiprogressista-entrevista-com-pablo-stefanoni>. Acesso em: 06 abr. 2025.
- TRAVERSO, Enzo. *As novas faces do fascismo*. Populismo e a extrema direita. Belo Horizonte, Editora Âyiné, 2021.
- TRAVERSO, Enzo. *Las nuevas caras de la derecha*. Siglo Veintiuno Ed., Argentina, 2023a.
- TRAVERSO, Enzo. La era del posfascismo. In: FEIERSTEIN, Daniel; et al. *La extrema derecha en América Latina*. Buenos Aires, Clave intelectual, 2023b.
- VIEIRA, M. M. M.; REBELATTO, L. M.; ALMEIDA, D. O. D. B. A onda neoconservadora no cenário ocidental: revisão histórica, social e política. *Interterritórios*, V.10 N.19, e261324, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261324>
- VOZA P. e LIGUORI G. *Dicionário Gramsciano*. São Paulo, Boitempo, 2017.